



ECOSSOCIALISMO

SABERES TEÓRICOS E POSSIBILIDADES PRÁTICAS

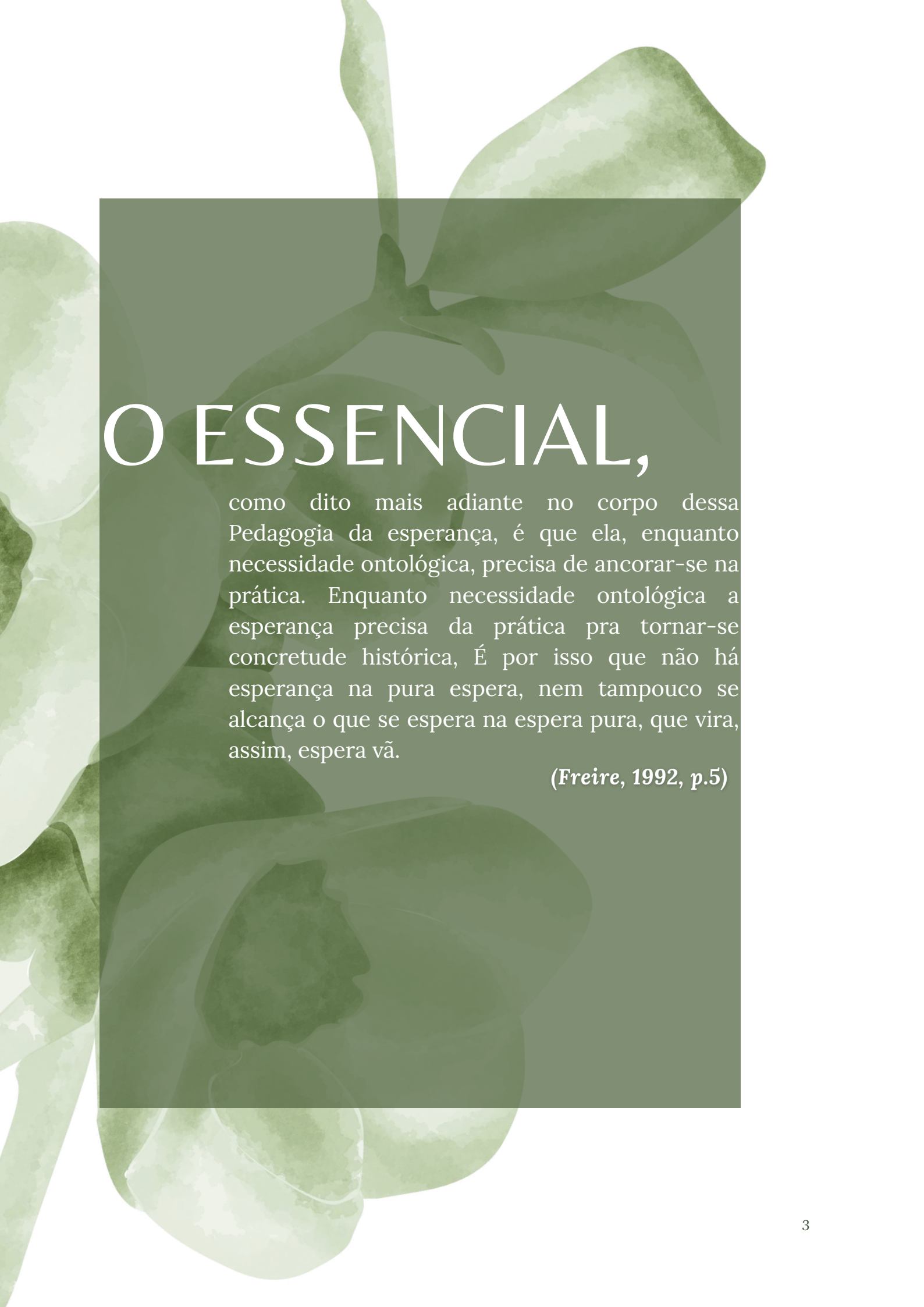
MATERIAL DIDÁTICO PARA
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



LAÍS MACHADO RIBEIRO LUZ

Sumário

<u>INTRODUÇÃO</u>	04
<u>I. Capitalismo verde: Uma falácia destruidora</u>	07
<u>II. Socialismo, Comunismo e a Emergência do Ecosocialismo</u>	18
<u>III. Marx, Engels e as Raízes do Ecosocialismo</u>	25
<u>IV. O que é ecosocialismo?</u>	34
<u>V. Quem sofre a crise climática?</u>	40
<u>VI. Ecosocialismo e a Educação</u>	49
<u>VII. Currículo em disputa: a BNCC e a Pedagogia Histórico-Crítica</u>	58
<u>VIII. Material de Apoio</u>	68
<u>POSFÁCIO</u>	75
<u>REFERÊNCIAS</u>	79



O ESSENCIAL,

como dito mais adiante no corpo dessa Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática pra tornar-se concretude histórica, É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.

(Freire, 1992, p.5)



INTRODUÇÃO

É URGENTE UMA MUDANÇA RADICAL

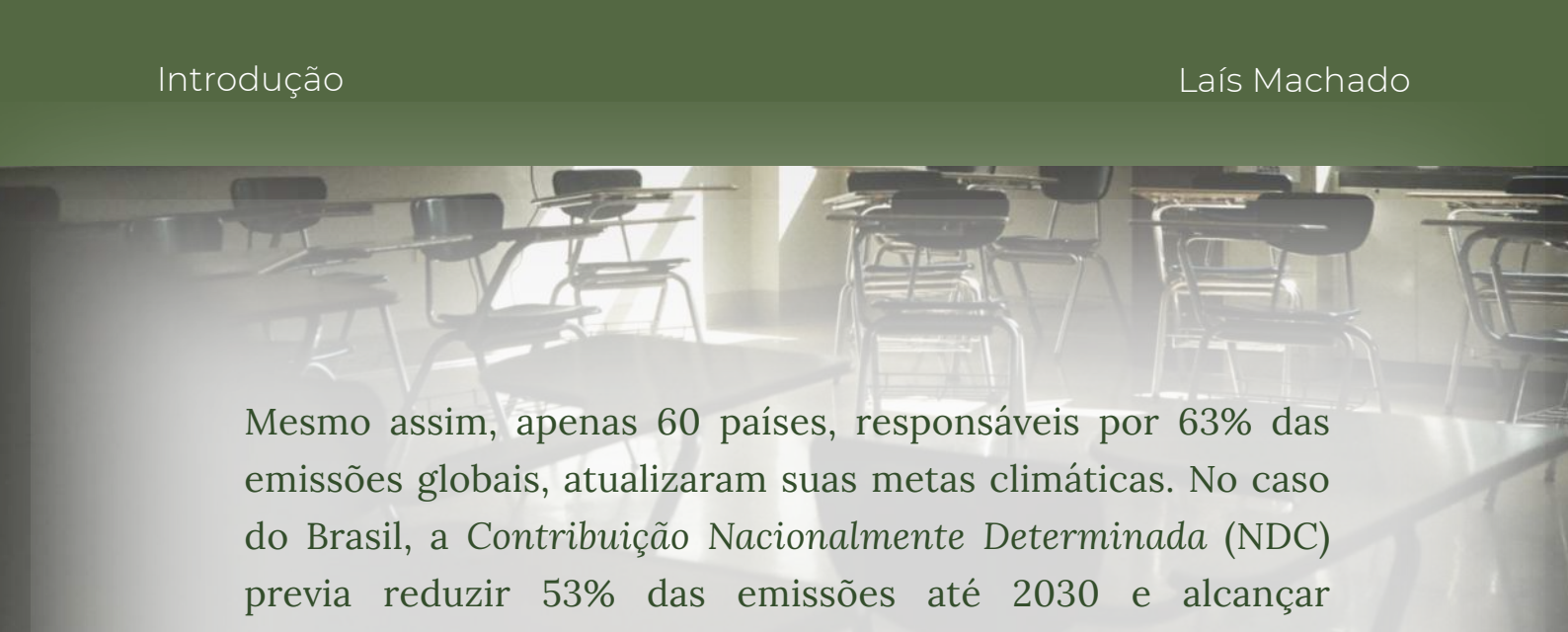
Introdução

É urgente uma mudança radical

Há mais de 50 anos, somos alertados sobre as consequências do rápido crescimento econômico associado à exploração intensa dos recursos naturais. Em *Os Limites do Crescimento* (1972), Meadows, Randers e Meadows já indicavam que esse modelo poderia levar o planeta a um colapso por volta de 2040. Hoje, olhando para as pesquisas atuais, percebemos que estamos dolorosamente próximos desse cenário.

Em novembro de 2025, o jornalista Roberto Peixoto publicou no G1 a matéria “*Mundo caminha para até 2,5°C de aquecimento até o fim do século, alerta ONU*”. O texto apresenta, de forma clara, como o desmatamento e as mudanças no uso da terra respondem por grande parte do aumento das emissões de gases de efeito estufa (CO₂).

Desde o *Acordo de Paris*, em 2015, o mundo tenta limitar o aquecimento global a 1,5°C para evitar impactos extremos como secas, elevação do nível do mar e o colapso de geleiras. Entretanto, estudos recentes mostram que esse limite crítico pode já ter sido ultrapassado.



Mesmo assim, apenas 60 países, responsáveis por 63% das emissões globais, atualizaram suas metas climáticas. No caso do Brasil, a *Contribuição Nacionalmente Determinada* (NDC) previa reduzir 53% das emissões até 2030 e alcançar emissões líquidas zero até 2050. Contudo, as ações adotadas até agora não foram suficientes para produzir resultados promissores.

A crise climática, muitas vezes apresentada por meio de números, gráficos e relatórios internacionais, pode parecer distante da vida cotidiana. Por isso, é essencial que o estudo sobre o meio ambiente esteja presente em todas as etapas da educação básica. É somente através da formação crítica que as pessoas podem compreender a dimensão do problema, cuidar dos ambientes aos quais têm acesso e cobrar das lideranças soluções realmente eficazes. Precisamos questionar: *fazer apenas o mínimo é suficiente para proteger o planeta? Ou ainda: estamos presos a uma lógica baseada no lucro e na destruição?*

Refletindo sobre essas perguntas, surge a proposta para a elaboração deste e-book, desenvolvido como produto educacional do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), sob a orientação do Prof. Dr. Enio de Lorena Stanzani.

Pretende-se fornecer ao professor um material didático, para que otimize seu tempo de preparo, permita inserir o tema sem sobrecarregar o currículo escolar e, com esperança, que alunos e comunidades sejam impactados pelo poder de pensar criticamente o nosso planeta.



CAPÍTULO I

CAPITALISMO VERDE: UMA FALÁCIA DESTRUIDORA

Capítulo I

Capitalismo verde: Uma falácia destruidora

Cada vez mais as grandes indústrias do mercado capitalista têm buscado se encaixar em um modelo de produção mais sustentável, visando que os impactos causados por essa economia fossem reduzidos, havendo um menor consumo de matéria e energia para que o sistema continuasse funcionando normalmente.

No entanto, é importante observar os motivos que impulsionaram essa mudança, visto que o mercado, de forma geral, percebeu que os clientes se sentiam mais propensos a adquirir algo que tivesse um selo de sustentabilidade, remetendo a uma ideia que a empresa se preocupa com alguma questão ambiental, sendo esta, muitas vezes, apenas uma estratégia para atrair esse cliente. Com isso, o mercado encontrou uma lacuna para abordar um público mais diverso e, de certa forma, até mais consciente.

Muitas práticas acerca da questão ambiental são atreladas a estratégias de mercado para consolidação de marca e são utilizadas como forma de adquirir uma maior empatia do público e reforçar os relacionamentos entre toda a cadeia de stakeholders. Tais práticas podem se esvaziar de sua intenção socioambiental e repousar em um contexto mercadológico regido por ações estratégicas de marketing (Anjos; Parméra, 2020, p.160).*

*Stakeholders são partes interessadas em uma organização, projeto ou iniciativa que têm influência direta ou indireta sobre ela, ou que são afetadas por suas ações e decisões. Leia mais em: <https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/stakeholders-o-que-sao-e-quais-sao-os-principais-tipos/>

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Ainda que a Constituição Brasileira defenda o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o sistema capitalista insiste em afirmar que é possível preservá-lo sem alterações profundas e estruturais. Contudo, isso não se sustenta. Não é possível refletir verdadeiramente sobre o tema sem uma mentalidade crítica sobre diversos pontos da sociedade.

Essa tentativa de manter o sistema capitalista em funcionamento, usando apenas medidas emergenciais para redução de danos, pode ser chamada de capitalismo verde, economia verde, ecocapitalismo (entre outras opções)¹. Ao analisar essa defesa, fazem-se necessários alguns questionamentos sobre a verdadeira visão capitalista e a não homogeneidade com a natureza.

É imperativo, a quem defende o ecocapitalismo, pensar no que será feito quando os recursos naturais se esgotarem e quando a mão de obra se tornar obsoleta. Mais que isso, é necessário observar porque a população, de forma individual, tem sido culpada pela falta de cuidado com a ecologia global enquanto é bombardeada com propagandas sobre economia de água, luz e energia, embora saibamos que o próprio sistema capitalista coloca o lucro acima de qualquer cuidado ambiental, explorando recursos naturais em uma escala infinitamente maior que uma família brasileira poderia causar.

Além disso, em nossas escolas, é possível perceber como a prática da reciclagem está ligada às questões ambientais, reforçando a ideia equivocada de que ações individuais seriam suficientes para salvar o planeta. Embora essas atitudes sejam importantes, precisamos compreender que as pessoas mais impactadas com as devastações ambientais não são as responsáveis pela produção dos maiores poluentes².

Sendo assim, o pensar o meio ambiente precisa ser expandido de uma realidade individual para uma mobilização total, sendo exigido tanto do Estado quanto das indústrias e da população medidas realmente efetivas.

Quando colocamos esse ponto em questão, é possível analisar mais criticamente se grandes marcas, empresas e influenciadores políticos ligados ao capitalismo realmente têm a urgência de cuidar e se preocupar com a natureza ou se desejam apenas consumi-la.

Visto que esse tipo de economia, tão apoiado pela extrema-direita, como observado no governo Bolsonaro (2019-2022), deturpou as leis e se beneficiou disso para desmatar e expandir o agronegócio, ecoando durante suas campanhas que ‘O agro é POP’, sendo este um ponto de ironia entre uma sociedade que precisava de medidas urgentes, mas que só encontrava o descaso, o crescimento da desigualdade e a exploração da matéria limpa do planeta.

Fonte Imagem: Canva



Nesse sentido, o governo Bolsonaro caracterizou-se por um conjunto de privilégios ao agronegócio, tais como: a prioridade da destinação de recursos públicos para o setor, renegociação periódica das dívidas e blindagem política em casos de ações ilegais cometidas contra o meio ambiente ou contra os povos tradicionais do campo. Desse modo, o “Agro” se firma como a principal base de sustentação da Extrema-Direita Bolsonarista, porém, simultaneamente, ocorre um processo de ampliação dos impactos socioambientais sem precedentes na história do país (Nannini, 2023, p.61).

Quando analisamos o sistema capitalista mais de perto, vemos que é impossível conciliar seus princípios com uma visão ambiental saudável, já que o capitalismo tem por objetivo retirar da natureza sua matéria prima e transformá-la em um produto de consumo, que gere lucro. Essa apropriação de recursos naturais aos desejos mercadológicos leva a uma usurpação dos bens do planeta, que não deveriam pertencer a alguém ou aos bolsos dos grandes proprietários. Com essa lógica, mares, rios, florestas e atmosfera são transformados em propriedade privada, ao invés de serem bens comuns.

É importante refletir que, mesmo tendo relatos sobre como o governo Bolsonaro não se preocupava com as questões ambientais, o atual governo Lula (2023-) também não apresenta resultados promissores. Mesmo um partido conhecido como ‘de esquerda’ ainda não apresenta uma alternativa real ao problema, sendo observadas mais pequenas ações do que transformações concretas.

Exigir o cuidado com o meio ambiente vai além de defender questões partidárias. É necessário um compromisso ético e real com o planeta e não apenas aceitar o que é realizado, seja pelo partido de esquerda ou direita.

A COP 30, realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025, é um exemplo de como o Brasil estava envolvido nas questões de emissões de gases e demais situações. Mesmo em um governo dito de esquerda, inúmeros protestos foram realizados, denúncias foram feitas e toda a estrutura que foi desenvolvida para um evento que deveria pensar na defesa do meio ambiente serviu para exploração tanto da natureza quanto de todas as pessoas que vivem na região. Além dos impactos ambientais causados pelas construções de espaços para o evento, a população também sofreu com aumento de preços e vários outros impactos que desencadeiam uma realidade não equilibrada para uma vida digna.

Em uma reportagem para o portal R7, o cientista político Gabriel Amaral alega que a COP 30 pode ser lembrada mais por problemas do que resultados, visto que a participação de um país torna necessário que ele tenha um padrão mais rigoroso de observação. Além disso, aponta as incoerências entre discurso e prática, por exemplo, o Presidente Lula realizar um discurso contra combustíveis fósseis enquanto autoriza a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Amaral afirma que *‘A imagem não se desgasta pelo conteúdo, mas pela distância entre a intenção e a prática’*. Dessa forma, é necessário analisar que o meio ambiente não tem sido realmente transformado e não será, enquanto o sistema que nos rege for o capitalismo.



Conforme analisado, tanto governos de esquerda quanto o absurdo governo de extrema-direita permanecem vinculados à lógica exploratória. Dessa forma, como defendido pelo pesquisador Michael Löwy, somente uma mudança radical pode alterar os rumos do ecossistema.

Ainda dentro do ecocapitalismo é necessária uma análise sobre o interesse das governanças no desenvolvimento de uma economia sustentável, já que, para isso, é fundamental que exista um ambiente favorável, tanto economicamente quanto politicamente.

Políticas rígidas para regulamentação são essenciais, tanto para estimular investimentos em áreas verdes quanto para cobrar setores que não cumpram acordos estipulados.

Pensar em ecologia saudável é pensar em povos originários, desigualdades e justiça social.

Por isso, é imprecisa a ideia de que o ecocapitalismo carrega uma bandeira de inclusão, combate à pobreza e à desigualdade social. Como abordado por Araújo e Silva (2012, p. 136), os ideólogos não tecem comentários acerca das formas de apropriação e socialização da riqueza socialmente produzida, nem falam sobre a desconcentração, deixando evidenciar a falácia de sua propositura.



Dentro da lógica ecocapitalista, trabalhadores e povos originários, cada um atingido por violências específicas, são igualmente relegados a uma posição instrumental. O sistema os trata não como protagonistas sociais, mas como recursos exploráveis, utilizados enquanto servem ao lucro e abandonados quando deixam de atender às exigências do mercado. Por isso, após a análise de todos esses pontos do capitalismo verde é importante destacar que o mesmo não passa de uma estratégia para regulamentar e continuar com a exploração e apropriação da natureza, gerando ainda mais lucro, como concluído por Araújo e Silva (2012):

A Economia Verde é, precisamente, isso: uma estratégia que busca reorientar a composição orgânica do capital, restabelecendo para os oligopólios e para os grandes aglomerados financeiros internacionais possibilidades de apropriação da natureza em larga escala, e com maior eficiência e eficácia. Busca transformar o que ainda permanece “bem de uso comum” em mercadoria, fonte de valor de troca. Procura metamorfosear bens naturais em “ativos ambientais”, como as águas, o ar (taxando a emissão de gases), as florestas, passíveis, a partir de então, de serem incorporados nos cálculos estatísticos das finanças capitalistas (Araújo; Silva, 2012, p. 138-139).

Após a compreensão dessa análise, é possível perceber que o capitalismo, além de não preservar ou se importar com o ecológico, ainda é um sistema falido em si mesmo. Sua determinação por retirar tudo da natureza levará ao esgotamento da matéria natural, fazendo com que sua própria economia entre em colapso.

É neste contexto que surge o **ecossocialismo**. Ele representa uma alternativa radical ao sistema atual, denunciando que a devastação da natureza não é um acidente, mas uma consequência direta de um modelo econômico que coloca o lucro acima da vida.

O ecossocialismo propõe uma transformação profunda tanto na relação com a natureza quanto na organização social, entendendo que não há solução ambiental duradoura dentro da lógica capitalista atual.

Compreender a crise ambiental é o primeiro passo. O segundo é analisar criticamente suas raízes e buscar caminhos que coloquem a vida, humana e não humana, no centro das decisões. É a partir dessa perspectiva que seguiremos nos próximos capítulos.



Expandindo o tema:



Poluição por plásticos – reciclar não basta e não resolve!! Artigo de Marcos Helano Montenegro

Foto: Canva Pro | Sami Sert

unisin.br /

Esse texto desmonta a narrativa de que reciclagem é suficiente. Explica como indústrias petroquímicas fazem lobby para insistir na reciclagem, desviando o foco do problema real: a produção crescente e descontrolada de plástico.

Esse podcast discute por que é insuficiente basear a solução ambiental apenas na reciclagem, enfatizando que mudanças sociais, econômicas e políticas são necessárias para enfrentar a crise ambiental.



Saneamento Básico, o Filme, revela, com humor e crítica social, como problemas ambientais não se resolvem com improvisos individuais, mas com políticas públicas reais. Um retrato da falácia das “soluções fáceis” dentro do capitalismo verde.



Fonte: Google Imagens

Notas para Aprofundamento

¹ O chamado *capitalismo verde* consiste na tentativa de conciliar crescimento econômico contínuo com proteção ambiental, apostando em tecnologias limpas e mecanismos de mercado como solução para a crise ecológica. Autores críticos, como Michael Löwy, James O'Connor e John Bellamy Foster, defendem que tais propostas não alteram as bases do sistema capitalista, que depende estruturalmente da expansão infinita e da exploração da natureza como mercadoria.

Dica de leitura:

LÖWY, Michael. *O que é o ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

² O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente difundido desde o Relatório Brundtland (1987), busca equilibrar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Entretanto, diversos autores marxistas e ecossocialistas argumentam que essa formulação incorpora a linguagem ecológica sem romper com a lógica do capital, servindo como instrumento de legitimação de práticas exploratórias travestidas de responsabilidade ambiental.

Dica de leitura:

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Relatório Brundtland).

FOSTER, John Bellamy. *Ecologia e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



CAPÍTULO II

SOCIALISMO, COMUNISMO E A EMERGÊNCIA DO ECOSSOCIALISMO

A perspectiva marxista aponta que a alternativa pós-capitalista é o comunismo, que, por sua vez, não se alcança de imediato. É preciso necessariamente passar por uma fase de transição, o socialismo, que é um sistema baseado na socialização dos meios de produção/propriedade privada, na supressão das diferenças de classes (a classe trabalhadora como maioria e regra), no uso do Estado por trabalhadores para a gestão pública e no desenvolvimento do poder popular por meio de medidas e espaços de formação e decisão política (coletivos, comunas, assembleias, sovietes, conselhos etc.) (Fernandes, 2020, p.110).

O socialismo pode surgir de uma forma imediata ou gradativa. No caso da forma gradativa, a produção tem seu lucro direcionado aos trabalhadores para as necessidades de toda a população. É dito 'gradativo' porque o Estado é o responsável pela distribuição desse valor arrecadado para a população. Nesse quesito, é preciso ter a consciência de que um socialista não deseja que o Estado detenha poder por muito tempo. Sendo assim, no socialismo essa distribuição precisa fluir de forma tão natural a ponto de o Estado ser reduzido até o seu desaparecimento.

No capitalismo, toda exploração de trabalho e natureza é enviada aos capitalistas, que remuneram os trabalhadores apenas com o suposto necessário, enquanto no socialismo o trabalhador é visto como o realizador de todas as coisas, ou seja, se ele produz é preciso que ele tenha o direito de possuir.

Esse sentido de ser possuidor vai além da lógica materialista, amplamente vivida pelo capitalismo. O socialismo se preocupa que todos tenham direitos estabelecidos, como moradia, saúde, alimentação, educação e todo o necessário para uma vida digna, não pensa em consumo, mas em dignidade humana.

É possível pensar que o comunismo é o resultado final do socialismo, quando toda a sociedade possuir igualdade e for administrada pelos próprios trabalhadores, não será necessária a presença de um Estado regulador.

Conforme argumenta Fernandes (2020), um Estado socialista que supera o capitalismo, mas mantém sua organização, torna-se um obstáculo para o comunismo. Por isso, é importante que o socialismo seja estruturado não apenas nos líderes, mas com toda uma organização de classes, para que ele seja um momento de passagem ao comunismo como acreditava Marx.

O socialismo marxista é um socialismo científico e não utópico; ou seja, não consiste em simplesmente desejar o socialismo, mas em desenvolver métodos para alcançá-lo. O método, como você já sabe, é baseado no materialismo histórico e dialético, na construção das condições necessárias. A organização de classe e a consciência de classe são elementos centrais nesse processo; além disso, é preciso avaliar as condições de desenvolvimento produtivo da sociedade. Para chegar ao socialismo, é preciso construí-lo (Fernandes, 2020, p.115).

Nessa compreensão, a definição do ecosocialismo se caracteriza enquanto uma corrente de pensamentos e ações formadas dentro do socialismo para que seja possível a emancipação de uma sociedade global socialista.

São esses os motivos que nos levam a crer que para uma sociedade mais igualitária e que queira sobreviver por muitos anos é necessário reestruturar todo um sistema organizacional, tornando-o realista e realmente viável³.

Segundo as pesquisas, não podemos acreditar que o planeta possua fontes ilimitadas para que seja possível a retirada de toda sua matéria original sem que nos falte algo essencial em um determinado período de tempo. Desse modo, é preciso pensar em uma economia que não explore toda a matéria prima do planeta, juntamente com uma economia que abrace a todos de forma igualitária.

Explorar o planeta e as pessoas faz parte do sistema capitalista e, por esse motivo, é preciso que o ecosocialismo seja abertamente debatido e apresentado à população, afinal, é interesse da própria população manter o planeta vivo.





Portanto, o que é

ECOSSOCIALISMO

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo - ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro - assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do “socialismo real” - são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica.

(Löwy, 2014, p.44)

Expandindo o tema:



Ecosocialismo. Por uma ecologia socialista. Entrevista especial com Michael Löwy

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU - um órgão transdisciplinar da Unisinos, que visa apontar novas...

unisinos.br

Entrevista com Michael Löwy publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Ele expõe claramente o que é ecosocialismo, critica o “capitalismo verde” e propõe reorganização do modo de produção a partir de uma lógica socialista e ecológica



Neste vídeo, Löwy apresenta o ecosocialismo como uma alternativa ao capitalismo e ao produtivismo, defendendo uma economia planejada democraticamente que coloque a vida e a natureza acima do lucro

“Ilha das Flores”, curta-metragem documental de Jorge Furtado, expõe de forma irônica e acelerada a lógica desumana do capitalismo ao acompanhar o percurso de um tomate até um lixão, revelando como o lucro e a desigualdade determinam quem tem acesso à comida e quem sobra entre os descartáveis da sociedade.



Fonte: Google Imagens

Notas para Aprofundamento

¹ A crítica ecossocialista ao colapso ecológico provocado pelo capitalismo enfatiza que a crise ambiental não é um acidente, mas consequência direta da racionalidade econômica baseada na exploração ilimitada dos recursos naturais. Autores latino-americanos, como Enrique Leff, defendem que a modernidade capitalista instaurou uma “racionalidade instrumental” que rompe os vínculos ecológicos e culturais dos povos, aprofundando desigualdades e destruindo a base material da vida. Essa perspectiva reforça a impossibilidade de uma sustentabilidade autêntica dentro da lógica mercantil.

Dica de leitura:

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

² A discussão sobre socialismo e transformação estrutural ganha profundidade ao incorporar leituras que problematizam como raça, gênero e classe se articulam na formação do capitalismo. Autoras como Angela Davis demonstram que a exploração capitalista está profundamente enraizada em sistemas simultâneos de opressão, o que revela que qualquer projeto socialista – incluindo o ecossocialismo – precisa enfrentar também desigualdades racializadas e patriarcais para efetivar uma mudança verdadeiramente emancipatória.

Dica de leitura:

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

³ A necessidade de reorganizar o sistema produtivo e político para além do capitalismo encontra ressonância no pensamento latino-americano do Bem Viver, que propõe modos de existência baseados na coletividade, na reciprocidade e na convivência harmoniosa com a natureza. Autores como Alberto Acosta defendem que a superação da crise ecológica não passa por ajustes dentro do desenvolvimento capitalista, mas por imaginar outros mundos possíveis ancorados em valores comunitários, ecológicos e anticoloniais – princípios profundamente próximos do ecossocialismo.

Dica de leitura:

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2016.



Fonte Imagem: Canva

CAPÍTULO III

MARX, ENGELS E AS RAÍZES DO ECOSSOCIALISMO

Capítulo III

Marx, Engels e as Raízes do Ecosocialismo

Entre debates, pesquisas e livros, o ecosocialismo vem sendo divulgado como uma alternativa radical para o meio ambiente. Contudo, é importante analisar sua ligação com o marxismo. No capítulo anterior, foi abordada, de forma breve, a diferença entre socialismo, comunismo e sua relação com o ecosocialismo, contudo é importante pontuar que mesmo entre pensadores da corrente ecosocialista existem divergências significativas.

Kohei Saito (2021), escreve que ‘a insustentabilidade ambiental é a contradição do sistema’, e também alega que em seus últimos anos, Marx definiria o colapso climático como sendo ‘o problema mais sério do capitalismo’ (p. 142). Michael Löwy, porém, apresenta outra interpretação, ressaltando que Marx não teria antecipado uma crise ecológica tal como entendemos hoje.

Se é verdade que a ecologia não ocupa um lugar central no aparato teórico e político de Marx e Engels, não é menos verdade que é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem levar em conta a crítica marxiana da economia política e sua análise da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza. Uma ecologia que ignora ou despreza o marxismo e sua crítica ao fetichismo da mercadoria está condenada a ser nada mais que um corretivo para os “excessos” do produtivismo capitalista. (Löwy, 2023, p. 61)

Durante muito tempo, Marx e Engels foram vistos como produtivistas por ecologistas, contudo, ao analisarmos suas obras, é possível perceber preocupações com a redução da jornada de trabalho, com o tempo livre e com a ideia de que o ‘ser’ deve prevalecer sobre o ‘ter’, aspectos que se aproximam de perspectivas ecológicas contemporâneas¹.

Já em *O Capital* (2023), nota-se uma percepção clara do caráter destrutivo que as forças produtivas poderiam assumir:

Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2023, p. 574).

Löwy (2023, p.52) observa ainda que os textos de Marx e Engels sobre natureza devem ser considerados “não como um bloco uniforme”, mas como um pensamento em movimento. Essa evolução é perceptível ao longo dos anos, e seria excessivamente “profético” esperar que Marx e Engels pudessem dialogar com a crise ambiental atual, que não existia em sua forma contemporânea.

Ainda assim, é possível identificar que, a partir do Volume I de *O Capital* (2023), temas ligados à problemática ecológica ganham maior evidência, especialmente nas análises sobre o metabolismo social e a exaustão dos solos, sendo um apontamento para os limites materiais do modo de produção capitalista.²



A análise sobre a relação dos escritos de Marx e Engels a respeito da natureza foi sendo aprofundada ao longo de décadas, sobretudo quando a crise ecológica se tornou incontornável. Dessa forma, um caminho metodológico promissor é observar como diferentes gerações de pesquisadores reinterpretem Marx e Engels à luz da questão ambiental. Para isso, a literatura costuma identificar três ondas do ecosocialismo, que revelam não apenas o amadurecimento teórico do campo, mas também a ampliação das leituras sobre o metabolismo social e as contradições ecológicas do capitalismo. Somente após essa contextualização histórica torna-se possível compreender plenamente o que chamamos hoje de ecosocialismo.

A **primeira onda ecosocialista**, situada entre as décadas de 1970 e 1990, corresponde às primeiras tentativas de unir marxismo e ecologia de modo sistemático. Entre seus representantes estão Manuel Sacristán, Raymond Williams, André Gorz, James O'Connor e Frieder Otto Wolf. Esse grupo buscou reexaminar Marx à luz da crise ambiental emergente, questionando leituras reducionistas que consideravam o marxismo um aliado automático do produtivismo.

O surgimento de uma corrente ecológica inspirada no marxismo, a partir dos anos 1970, representou um avanço teórico e político significativo. Esses pioneiros ousaram romper tanto com o produtivismo associado ao chamado 'socialismo real' quanto com o ambientalismo liberal, propondo uma crítica radical da lógica capitalista e de seus efeitos destrutivos sobre a natureza (Löwy, 2014, p. 17).

A primeira onda, portanto, tem caráter fundacional: ela formula as perguntas e contesta leituras equivocadas sobre os clássicos do marxismo.

A **segunda onda do ecosocialismo**³ (1990 - 2010) traz ao ecosocialismo uma teoria mais encorpada. Surgindo como principais formuladores do pensamento: Michael Löwy, Joel Kovel e John Bellamy Foster.

Esse período é importante devido ao surgimento do Manifesto Ecosocialista Internacional (2001) e da fundação da Rede Ecosocialista Internacional (2007). Foster desenvolve a teoria da ruptura metabólica com base em Marx e Liebig.

Foi no Manifesto de 2001 que o ecosocialismo apareceu de forma programática, no qual Löwy formulou um projeto socialista radical voltado à superação do capitalismo e do produtivismo.

O ecosocialismo propõe uma transformação radical das estruturas econômicas, sociais e culturais que sustentam o capitalismo. Ele exige uma reorientação profunda das forças produtivas e das relações humanas com a natureza, baseada na democracia, na igualdade e no respeito aos limites ecológicos do planeta. (Löwy, 2014, p. 98)

John Bellamy Foster recoloca Marx no centro do debate ambiental contemporâneo, mostrando que a categoria metabolismo (Stoffwechsel) já estava presente em O Capital (2023), em especial em sua análise sobre o esgotamento dos solos causado pela agricultura capitalista.

Sendo assim, a segunda onda não apenas consolida o ecosocialismo como corrente teórica, mas recupera Marx como referência central na explicação da crise ecológica. Por mais que exista um período formal de fim da segunda onda, não significa que o pensamento tenha sido deixado de lado, fato que é possível perceber devido à presente atuação de Löwy nos dias atuais.

O conceito de metabolismo social é fundamental para compreender por que Marx e Engels enxergavam limites ecológicos na produção capitalista. Para Marx, o metabolismo (Stoffwechsel) descreve o processo contínuo de troca entre os seres humanos e a natureza. Quando esse processo é apropriado pelo capital, ele se torna desregulado e destrutivo, rompendo ciclos naturais, esgotando o solo e degradando o ambiente. Essa formulação mostra que a crítica marxiana não é apenas econômica, mas também ecológica.

É nesse ponto que autores da segunda onda, como John Bellamy Foster e Paul Burkett, tornam-se essenciais. Foster recupera o conceito de metabolismo para mostrar que a crítica ecológica já estava presente nos escritos de Marx, especialmente em suas análises sobre o esgotamento dos solos e a destruição das condições naturais de reprodução social. Burkett, por sua vez, demonstra como a economia política marxista oferece ferramentas para compreender a natureza como parte integrante do processo produtivo, e não como um mero recurso externo. Juntos, eles consolidam a ideia de que o ecosocialismo não é uma leitura forçada de Marx, mas a continuidade de elementos já presentes em sua obra.



Dessa forma, a **terceira onda do ecosocialismo** (2010 - hoje), não se trata do término da segunda, mas de uma ampliação teórica com novos nomes como Kohei Saito, Andreas Malm, Jason Moore, Ariel Salleh, entre outros.

É especialmente Kohei Saito que impulsiona uma nova leitura de Marx marcada pela urgência climática. Em sua obra mais recente, o autor argumenta que Marx, em seus últimos anos, caminhou para uma crítica ainda mais profunda da ideia de progresso ilimitado, enfatizando que ele não tratava a relação sociedade-natureza como algo externo ou secundário, mas como parte orgânica da crítica à economia política. Ou seja, Saito considera o metabolismo um conceito ecológico central no desenvolvimento tardio de Marx.

[..] permanece a reserva em aceitar a ecologia de Marx entre os chamados ecosocialistas do primeiro estágio, [...]. Os críticos da teoria da ruptura metabólica reclamam que a “ecologia de Marx”, como tal, pode, na melhor das hipóteses, apontar o fato banal de que o capitalismo é prejudicial ao meio ambiente. (Saito, 2021, p. 21-22)

Assim, a terceira onda caracteriza-se como uma fase de ampliação e radicalização do ecosocialismo, voltada à crítica do capitalismo global em crise climática terminal.⁴

Fonte: Google Imagens



John Bellamy Foster

Michael Löwy

Kohei Saito

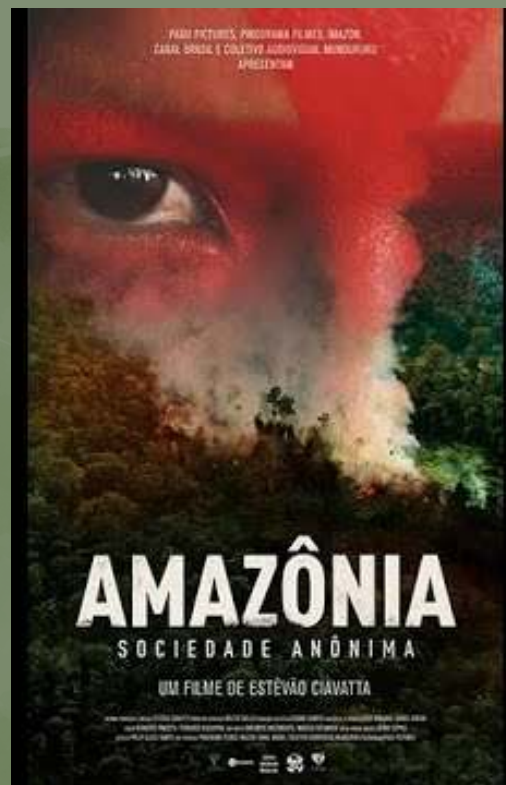
Expandindo o tema:

No vídeo, temos um debate em que Saito apresenta sua visão de ecossocialismo, dialogando com a também pesquisadora Sabrina Fernandes.



O vídeo é um debate do ciclo Diálogos com Marx, realizado no Goethe-Institut em São Paulo, onde Michael Löwy, Sabrina Fernandes e Camila Moreno discutem questões sobre ecossocialismo, a preservação ambiental e os limites do capitalismo na sustentabilidade da sociedade.

Amazônia Sociedade Anônima (2019) é um documentário que mostra como empresas exploram a floresta, expulsam comunidades e transformam territórios em mercadorias, ilustrando a ruptura metabólica criticada por Saito, Malm e Krenak.



Fonte: Google Imagens

Notas para Aprofundamento

¹. A crítica ao produtivismo presente no ecossocialismo ganha profundidade quando observada à luz da ecologia política latino-americana. Carlos Walter Porto-Gonçalves demonstra que o capitalismo reorganiza territórios e modos de vida a partir de uma lógica de mercantilização ilimitada, intensificando conflitos ambientais e aprofundando desigualdades. Essa perspectiva amplia a compreensão do debate iniciado por Marx e recuperado pelas ondas ecossocialistas, ao evidenciar que a ruptura metabólica não é apenas ecológica, mas também territorial e cultural.

Dica de leitura:

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

². O conceito de metabolismo social, desenvolvido por Karl Marx a partir das ciências naturais do século XIX, refere-se ao processo de troca material entre a sociedade humana e a natureza. Segundo Marx, o capitalismo rompe esse metabolismo ao separar o produtor da terra, gerando desequilíbrios ecológicos, como a exaustão dos solos analisada no Volume I de *O Capital*. Essa ruptura metabólica evidencia que o modo de produção capitalista ultrapassa os limites naturais, comprometendo a reprodução da vida humana e não humana.

Dica de leitura:

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2023.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

³ A formulação contemporânea do ecossocialismo, especialmente a partir da segunda onda, encontra sua síntese no pensamento de Michael Löwy. O autor argumenta que não é possível enfrentar a crise ecológica sem superar o capitalismo e seu produtivismo estrutural, defendendo um projeto político anticapitalista baseado na igualdade, na democracia radical e na gestão coletiva dos bens naturais. Essa abordagem ajuda a situar o Manifesto Ecossocialista Internacional como marco programático decisivo e reforça a centralidade da ruptura metabólica na leitura atual de Marx.

Dica de leitura:

LÖWY, Michael. *O que é Ecossocialismo*. São Paulo: Cortez, 2014.

⁴. As reflexões de Ailton Krenak dialogam profundamente com a crítica ecossocialista da terceira onda, ao questionarem o modo de vida baseado na exploração contínua da terra e na separação entre humanidade e natureza. Para Krenak, a crise ecológica é resultado de uma lógica civilizatória que transforma a vida em mercadoria e rompe laços comunitários e espirituais com o território. Sua visão amplia a crítica ao capitalismo ao incorporar dimensões cosmológicas e existenciais, aproximando o debate brasileiro das discussões globais sobre metabolismo, colapso e alternativas ao desenvolvimento.

Dica de leitura:

KRENAK, Ailton. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



CAPÍTULO IV

O QUE É ECOSSOCIALISMO ?

Capítulo IV

O que é Ecosocialismo?

Além das diferentes ondas do ecosocialismo, vistas no capítulo anterior, é importante compreender que o socialismo aliado à ecologia possui diversas ramificações. Contudo, algumas correntes “concebem a economia como “inserida” no meio ambiente: social para uns, natural para outros” (Löwy, 2014, p.38). Dessa forma, o maior objetivo dessas correntes é analisar a necessidade de se tomar consciência sobre as ameaças do modo de produção e consumo capitalista.

Como visto, o capitalismo verde é insuficiente para uma mudança realmente radical, da mesma forma uma crítica marxiana que não considera a ecologia em relação ao produtivismo está alinhada à mesma falácia.

O ecosocialismo está longe de ser um pensamento homogêneo, mas conforme dito por **James O'Connor**, o socialismo ecológico se trata de uma sociedade racional, fundada no controle democrático, na igualdade social e na predominância do valor de uso. Contudo, Löwy expande essa ideia com argumentos essenciais no raciocínio ecosocialista e pontos para um planejamento democrático.¹

1. Países capitalistas avançados possuem uma lógica de acumulação ilimitada, consumindo muito mais energia do que os demais países. Dessa forma, aumenta-se a desigualdade entre o Norte e o Sul.
2. Mesmo que o capitalismo continue avançando de forma brutal e desigual, cuidar da preservação do meio ambiente é um imperativo humanista, ou seja, é uma obrigação ética, fazendo com que reformas parciais sejam insuficientes.
3. É necessário reorganizar os sistemas de transportes com critérios sociais e ecológicos.

Pensar em quais medidas são necessárias para reparar, urgentemente, os estragos causados pelo capitalismo.

Essa transição levaria não apenas a um novo modo de produção e a uma sociedade igualitária e democrática, mas também a um modo de vida alternativo, a uma civilização nova, ecosocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias nocivas ao meio ambiente (o carro individual!) (Löwy, 2014, p. 45).

Em seu livro ‘Se eu quiser mudar o mundo’, Sabrina Fernandes argumenta que por mais que se defina como defensora do ecosocialismo, não pode apresentar um passo a passo para que ele se concretize. Contudo, existe uma orientação importante: avaliar a realidade desde o ponto de partida até o resultado desejado, reconhecendo que não há transformação sem análise crítica das condições materiais. ²

O ecosocialismo é um projeto revolucionário não porque “revolucionário” soa mais intenso, mas porque se entende que não será possível construir uma sociedade de fato transformada sem uma grande ruptura com o capitalismo. (Fernandes, 2020, p.41)

Pode-se afirmar que o maior projeto ou objetivo do ecosocialismo seja uma sociedade construída na emancipação humana e no equilíbrio ecológico. Ou seja, nessa sociedade, os trabalhadores seriam recompensados por seu trabalho de forma justa, alterando a forma de produção e consumo, criando uma nova relação com a natureza.

Quando **Fernandes** afirma que o ecosocialismo é um projeto revolucionário, é muito mais que uma mera metáfora, é um indicativo de que exigirá uma transformação real. Um novo sistema deve romper com as bases estruturais do capitalismo: a exploração do trabalho, o produtivismo ilimitado e a mercantilização da natureza.³

Uma sociedade ecosocialista não irá se organizar pelo lucro, mas pelo **valor de uso**, não irá pensar em um crescimento econômico infinito que desrespeite o bem-estar coletivo e não tratará o meio ambiente como recurso, mas como condição fundamental para a vida.

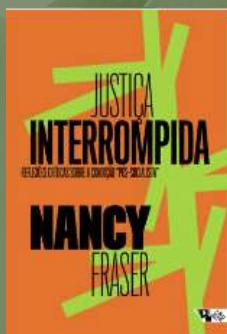
O ecosocialismo propõe uma alternativa radical na relação humanidade-natureza, retomando o metabolismo social que foi interrompido pelo capital. Mais que um modelo econômico, é um novo modo de vida, sendo baseado na cooperação, justiça social e no cuidado com todas as formas de existência. Sendo um horizonte em que a emancipação humana e o equilíbrio ecológico caminham juntos e se tornam inseparáveis.



Fonte Imagem: Canva

Expandindo o tema:

Sabrina Fernandes apresenta uma visão geral clara e acessível sobre o ecossocialismo, explicando suas bases teóricas, principais autores e por que essa corrente surge como alternativa ao capitalismo diante da crise climática.



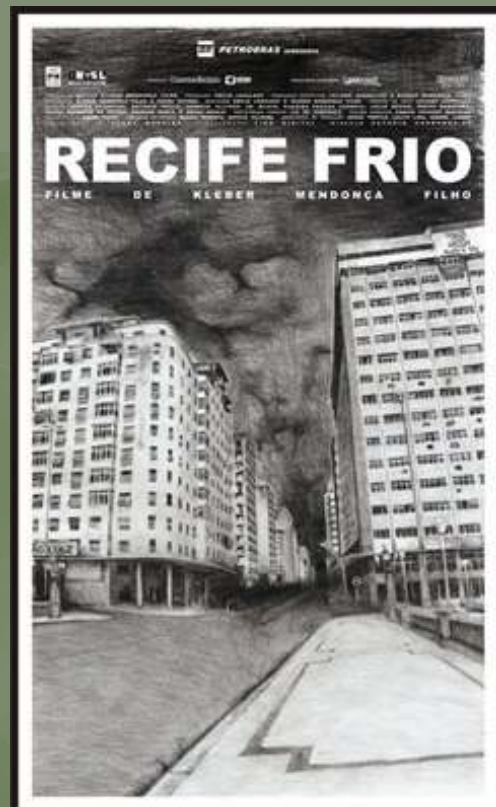
Só um radical ecossocialismo democrático pode mudar o horizonte

Em entrevista a Martin Mosquera, da Jacobin América Latina, Nancy Fraser comenta sua concepção de capitalismo, reflete sobre o...

blogdaboitempo.com.br

O artigo defende que apenas um ecossocialismo radical e democrático pode enfrentar a crise climática, criticando soluções superficiais e apontando a necessidade de transformar as bases do capitalismo.

O curta Recife Frio usa uma mudança climática absurda para expor desigualdades urbanas e a incapacidade do capitalismo de responder às crises ambientais, reforçando a crítica ecossocialista à necessidade de transformações estruturais.



Fonte: Google Imagens

Notas para Aprofundamento

¹. A proposta ecossocialista pressupõe repensar o próprio significado de desenvolvimento. Autores como Leonardo Boff defendem que a crise ecológica é resultado de uma ruptura espiritual, ética e política entre humanidade e natureza. Para Boff, somente uma sociedade baseada no cuidado, na cooperação e na corresponsabilidade ecológica pode enfrentar o colapso socioambiental. Essa visão dialoga com o ecossocialismo ao afirmar que mudanças estruturais exigem também uma nova cultura e uma nova sensibilidade planetária.

Dica de leitura:

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1995.

². O ecossocialismo também se aproxima das reflexões sobre decrescimento, que criticam a obsessão pelo crescimento econômico contínuo – uma lógica incompatível com um planeta de recursos finitos. Pesquisadores como Giorgos Kallis e, no contexto brasileiro, estudiosos de economia ecológica, mostram que a busca infinita por lucro e produtividade destrói ecossistemas, gera desigualdades e impede uma relação saudável com a natureza. A perspectiva do decrescimento oferece ferramentas para imaginar um modelo pós-capitalista que privilegie bem-estar coletivo e equilíbrio ecológico, em consonância com o ecossocialismo.

Dica de leitura:

KALLIS, Giorgos. *Decrescimento*. São Paulo: Elefante, 2020.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

³. As reflexões latino-americanas sobre território e resistência comunitária enriquecem profundamente o ecossocialismo. Autoras como Maristella Svampa analisam como os modelos extrativistas da América Latina – impulsionados por grandes corporações e por Estados desenvolvimentistas – aprofundam desigualdades e aceleram o colapso ecológico. Para Svampa, alternativas reais surgem das práticas comunitárias, da agroecologia, da economia solidária e das lutas socioambientais dos povos originários. Esse horizonte converge com o ecossocialismo ao propor uma reorganização da vida baseada em autonomia, solidariedade e proteção dos bens comuns.

Dica de leitura:

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. *O colapso ecológico já chegou*. São Paulo: Elefante, 2022.



CAPÍTULO V

QUEM SOFRE A CRISE CLIMÁTICA?

Capítulo V

Quem Sofre a Crise Climática?

Quando analisados todos os resultados da crise climática, é impossível dizer que ela é neutra: ainda que atinja toda a humanidade, ela não recai da mesma forma para as pessoas. A destruição ambiental aprofunda desigualdades históricas e revela que tanto gênero, raça e classes estruturam quem tem mais ou menos acesso para viver com dignidade. Assim, compreender quem sofre a crise climática significa compreender também como o capitalismo organiza corpos e territórios para explorar, descartar e silenciar.

O identitarismo vem sendo usado nas últimas décadas por setores conservadores e grupos de extrema direita. O principal objetivo é deslegitimar debates sobre feminismo, raça, povos indígenas e sexualidade. Entretanto, como explica Sabrina Fernandes, essa denúncia é, muitas vezes, uma forma de tentar impedir que lutas essenciais apareçam dentro das análises estruturais:

O identitarismo funciona como um espantalho político. Ele serve para atacar movimentos sociais e deslegitimar reivindicações essenciais para entender como o capitalismo opera. Raça, gênero e classe não existem separadas. O capitalismo não funciona sem essas opressões. (Fernandes, 2020, vídeo O que é Identitarismo?, transcrição livre).

Discutir quem sofre mais com a crise ambiental não fragmenta a luta, mas aprofunda. O ecossocialismo precisa incorporar as dimensões de raça, gênero e colonialidade, visto que é justamente nessas categorias que o sistema capitalista encontra sua força de exploração.

Compreender o motivo de crises ambientais atingirem majoritariamente negros, indígenas, quilombolas e moradores de periferia faz parte do conceito de racismo ambiental. Como visto nos capítulos anteriores, a desigualdade ambiental não é um resultado do acaso, nem de escolhas individuais: é uma expressão de um padrão histórico da distribuição desigual dos riscos e dos recursos.

A mesma visão de mundo e as mesmas estruturas que objetificam a natureza e dominam a terra também objetificam as mulheres. A agroecologia e o ecofeminismo dissipam essas ilusões, reconhecem a criatividade da natureza, das mulheres e dos agricultores, e criam sistemas de conhecimento e estruturas econômicas que funcionam de acordo com leis ecológicas da natureza e defendem a justiça social e de gênero com base no princípio de que todos os seres humanos são iguais. (Shiva, 2024, p. 118)

Os territórios sujeitos a enchentes recorrentes, à poluição industrial, ao despejo irregular de resíduos e à ausência de saneamento básico tendem a ser habitados pela população negra e pobre, devido à herança direta do racismo estrutural e do urbanismo excludente. A afirmação citada de **Lélia Gonzalez**, acende um alerta ao se tornar ainda mais grave quando relacionada aos impactos ambientais.¹

Comunidades tradicionais e povos indígenas sofrem expropriação de seus territórios por forças econômicas que sustentam o capitalismo extrativista: agronegócio, mineração, hidrelétricas. Tornando impossível a existência da crise climática de forma dissociada da violência colonial. O ecossocialismo não se limita a uma crise econômica, ele precisa ser uma crítica histórica da forma como o capital organiza o espaço e define quem tem direito à vida. As mulheres, especialmente pobres, negras e periféricas, estão entre os grupos mais afetados pela crise climática. Isso ocorre devido ao processo histórico do capitalismo, apoiado na exploração do trabalho não pago das mulheres.

Nessa linha, Calibã e a bruxa mostra que na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio de reprodução e a acumulação de trabalho. (Federici, 2017, p. 42)

Em Calibã e a Bruxa, Federici demonstra que o capitalismo só pôde se consolidar quando transformou o corpo das mulheres em instrumento de reprodução da força de trabalho.²

A crise ambiental intensifica toda essa exploração: quando há enchentes, falta d'água, aumento do preço dos alimentos ou contaminação das fontes naturais, é o trabalho reprodutivo das mulheres que aumenta: são elas que buscam água, reorganizam casas destruídas, cuidam das crianças e dos idosos, garantem alimentação e administram a vida diante do colapso.

Caçar as bruxas foi também fundamental para a construção de uma nova ordem patriarcal em que o corpo das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. (Federici, 2017, p.313-314).

Sendo assim, a relação direta entre a submissão da natureza e da mulher é percebida ao longo da história como um recurso infinito a ser extraído, tornando-se uma condição necessária para o capitalismo se expandir.

Assim, o ecossocialismo feminista não é um acréscimo identitário ou moral; é uma análise materialista: a crise ecológica aumenta a exploração das mulheres porque o capitalismo depende dessa exploração para sobreviver.

Para relacionar o movimento feminista com a ecologia alguns nomes são usados, como o ecofeminismo, ecossocialismo e ecossocialismo feminista. Seguiremos abordando a diferença entre cada um deles, não a fim de encerrar o assunto, mas apenas de gerar uma base para mais pesquisas e aprofundamentos.

Vandana Shiva é um dos principais nomes da defesa do ecofeminismo, que surge nos anos 1970-1980 a partir de um movimento de mulheres que criticavam tanto a destruição ambiental quanto o patriarcado. Relacionando a ideia de destruição da natureza e dominação das mulheres.³

As mesmas forças que degradam a natureza são as que degradam a vida das mulheres. A lógica da dominação é comum: transformar tudo em recurso e mercadoria, retirando sua autonomia, sua história e seu significado. (Shiva, 2024, p. 45).

O que difere o ecofeminismo do ecossocialismo feminista é que mesmo os dois denunciando o patriarcado e o extrativismo, nem sempre o ecofeminismo critica a economia política com a mesma profundidade do ecossocialismo, ainda assim compreende como o gênero e a ecologia se entrelaçam.

O ecossocialismo, como visto nos capítulos anteriores, tem como base uma leitura marxista da crise ecológica, partindo da ideia de que o capitalismo destrói o metabolismo entre humanidade e natureza, transformando bens comuns em mercadoria e fazendo o lucro se tornar maior que a vida. Contudo, ele não explica sozinho o porquê de essa destruição recair mais sobre mulheres, pessoas negras e indígenas.

Por esse motivo surge o ecossocialismo feminista, que une a análise estrutural do capitalismo e da propriedade privada, combinando com a centralidade dos corpos e da reprodução da vida.

É a partir dessa perspectiva que avançaremos, nos próximos capítulos, para pensar como essas ideias podem dialogar com a educação e com a prática docente do ensino básico.

Fonte: Google Imagens

A photograph of three women standing side-by-side against a blurred green background. From left to right: Silvia Federici, an older woman with short dark hair wearing a black top and a striped scarf; Sabrina Fernandes, a younger woman with long dark hair wearing a dark top; and Vandana Shiva, an older woman with grey hair wearing a purple and pink patterned shawl and a red bindi on her forehead.

Silvia Federici

Sabrina Fernandes

Vandana Shiva

Sequência para Diferenciação



✧ ✧ **Ecofeminismo**

- *Liga opressão das mulheres e da natureza*
- *Nem sempre é anticapitalista*

✧ ✧ **Ecossocialismo**

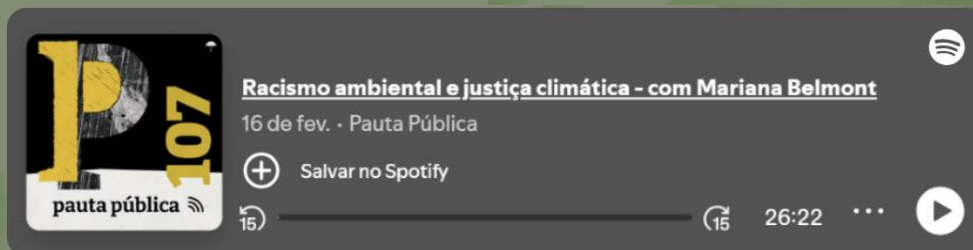
- *Crítica marxista da crise ecológica*
- *Nem sempre aborda gênero e raça*

✧ ✧ **Ecossocialismo Feminista**

- *Crítica anticapitalista + crítica feminista + crítica racial*
- *Explica quem sofre mais a crise climática e por quê*
- *Afirma que patriarcado, racismo e colonialismo são engrenagens do capitalismo ecológico destrutivo*



Expandindo o tema:



O episódio discute como o racismo ambiental estrutura quem sofre mais com poluição, enchentes e desastres climáticos, mostrando que comunidades negras e periféricas, especialmente as mulheres, enfrentam impactos mais severos e menor acesso a proteção e políticas públicas.



A reportagem da Oxfam Brasil explica que mulheres negras estão entre as mais afetadas pela crise climática porque acumulam vulnerabilidades estruturais: vivem majoritariamente em áreas com maior risco de enchentes e deslizamentos, têm menor renda e menos acesso a políticas públicas de proteção.



Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça (2018)

O documentário apresenta a luta de mulheres indígenas pela defesa de seus territórios, culturas e direitos humanos. Por meio de relatos e articulações políticas, o vídeo mostra como elas enfrentam violência, discriminação e destruição ambiental, revelando que a crise climática atinge com mais força os povos originários e suas lideranças femininas, protagonistas na resistência e na proteção da vida.

Notas para Aprofundamento

¹. Para compreender por que populações negras sofrem de forma desproporcional com desastres ambientais, é indispensável recorrer ao pensamento de Lélia Gonzalez. Sua análise do racismo estrutural demonstra como a formação social brasileira empurra pessoas negras para territórios precarizados, distantes de direitos e mais vulneráveis à violência do Estado e do capital. Essa compreensão é fundamental para o debate sobre racismo ambiental, que mostra que a crise climática aprofunda desigualdades históricas e que justiça ambiental só é possível com justiça racial.

Dica de leitura:

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

². A crítica feminista à formação do capitalismo, desenvolvida por Silvia Federici, é essencial para compreender por que mulheres — especialmente pobres, negras e periféricas — estão entre os grupos mais afetados pela crise climática. Em *Calibã e a Bruxa*, Federici demonstra que o capitalismo só se consolidou ao subordinar simultaneamente os corpos das mulheres e a natureza, transformando ambos em recursos a serem explorados. Sua análise histórica revela que a violência patriarcal e o disciplinamento dos corpos femininos foram condições estruturais para a expansão do trabalho assalariado e do produtivismo, elementos centrais da crise ecológica atual.

Dica de leitura:

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

³. A reflexão de Vandana Shiva em *Terra Viva* amplia a compreensão de que a crise ecológica é inseparável do patriarcado, do colonialismo e da violência econômica. Ao narrar sua trajetória entre ciência, ativismo e movimentos populares, Shiva demonstra que a destruição ambiental não é apenas um problema técnico, mas o resultado de um modelo de desenvolvimento que transforma a natureza e os corpos — em especial os das mulheres — em objetos de controle e mercadoria. Ela denuncia como a agricultura industrial, as corporações globais e o extrativismo colonial intensificam desigualdades sociais e ecológicas, afetando de maneira desproporcional mulheres, povos originários e comunidades camponesas.

Dica de leitura:

SHIVA, Vandana. *Terra Viva: Minha Vida em uma Biodiversidade de Movimentos*. São Paulo: Boitempo, 2024.



CAPÍTULO VI

ECOSSOCIALISMO E A EDUCAÇÃO

Capítulo VI

Ecosocialismo e a Educação

Pensar o ecosocialismo na educação é essencial diante do modo como as questões ambientais vêm sendo tratadas nas escolas brasileiras. Mesmo a educação ambiental estando presente nos currículos, sua abordagem permanece superficial, reduzida a práticas como reciclagem, economia de água e plantio de mudas. Essa superficialidade, longe de ser inocente, está ligada ao capitalismo verde, produzindo uma visão limitada e reproduzindo a responsabilização individual.

Nesse sentido, é fundamental uma educação que avance para a perspectiva crítica, relacionando meio ambiente, sociedade, trabalho e desigualdade. Não tratar a ecologia por essa ótica mantém uma Educação Ambiental descontextualizada da realidade devido a sua limitação. A educação ecosocialista, não descarta as práticas pontuais e individuais, contudo, é necessário um aprofundamento para uma mudança real.

O ecosocialismo e a educação ambiental têm a potência para dar início a processos de conscientização capazes de criar as 'brechas históricas' pelas quais se poderão construir alternativas rumo a sociedades verdadeira e profundamente democráticas e sustentáveis. (Bravo; Steglich, 2018, p. 10)

Temas relacionados com a ecologia e o meio ambiente têm sido um assunto recorrente em vários vestibulares, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mostrando a relevância do tema. Contudo, é possível notar que o conceito do ecossocialismo não vem sendo abordado na maioria dos livros didáticos, sendo, de certa forma, até tratado com certo preconceito. Assim, alunos e professores não têm acesso facilitado a essa informação, fazendo com que a maioria dos alunos não conheça o tema, sendo um prejuízo ao conhecimento. Além disso, professores, quando desejam instruir os alunos, podem encontrar dificuldades tanto na pesquisa do tema quanto no pouco tempo disponível para expandir os assuntos em sala, devido ao fato de o capitalismo não tratar a educação com justiça. Cargas horárias excessivas e atividades obrigatórias deixam o professor refém de um sistema, com aulas e exposições já estipuladas.

Em uma pesquisa proposta por Trajber e Mendonça (2007) no território nacional, foi realizada uma investigação sobre quais eram os principais motivos para se ter Educação Ambiental nas escolas. A pesquisa foi direcionada ao corpo docente das escolas brasileiras e constatou-se que 38% dos participantes buscavam conscientizar para a cidadania e 19% acreditavam se tratar de sensibilizar para o convívio com a natureza, solidariedade e zelo planetário. Outros objetivos aparecem com menos destaque, como: compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental e preservação dos recursos naturais.



Um outro aspecto relacionado a essa questão é entender como a escola define o que é a Educação Ambiental. Cabe esclarecer que, ao se elaborar essa pergunta, a intenção era obter, de forma clara, uma definição de Educação Ambiental que pudesse expressar ou se aproximasse da multiplicidade de tendências pelas quais ela é atualmente percebida e desenvolvida. Porém, constata-se que pouquíssimas escolas esboçaram uma definição para a Educação Ambiental desenvolvida na escola (Trajber; Mendonça, 2007, p. 228).

Os temas abordados nas escolas fazem parte de um discurso já existente no cotidiano da população brasileira, porém, como observado nos estudos sobre o ecosocialismo, não são atitudes que sozinhas realmente causarão um impacto ambiental de mudança.¹

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe assegurar aos alunos uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Dessa forma, a própria BNCC abre espaços para debates fundamentais como justiça socioambiental, crise ecológica, desigualdades ambientais, consumo e produção sustentáveis que são propostas também pelo ecosocialismo.



Fonte Imagem: Canva

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2017, p. 9).

A close-up photograph of a woman with dark, curly hair and a young boy with short, dark hair. They are both smiling and looking down at something out of frame, likely a book or a project. The background is softly blurred, showing what appears to be a window with light coming through.

Fonte Imagem: Canva

A BNCC, orienta uma formação de cidadãos conscientes, críticos, comprometidos com a democracia, fazendo com que a educação não seja neutra frente à crise ambiental. Essa ênfase na coletividade é uma das bases do ecosocialismo.

A visão não individualista também está presente na interdisciplinaridade. A organização da BNCC por áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, etc) permite abordagens transversais.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2017, p. 10)

Ainda que a BNCC defina conteúdos mínimos, permitindo que cada escola/rede adapte seu currículo à realidade local, faz com que se crie uma oportunidade para trabalhar o ecosocialismo de uma forma ainda mais contextualizada, dialogando com diversas realidades, formando sujeitos críticos, conscientes e atuantes.² Os estudantes, a partir de uma formação integral, tem a possibilidade de uma educação além da transformação de conteúdo técnico, sendo possível uma participação social ativa na construção de novos mundos possíveis.

A Educação Ambiental deve promover valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, entendendo a necessidade de transformar modelos de produção e consumo e de enfrentar os impactos socioambientais decorrentes das ações humanas. (Brasil 2017, p. 19).

Pensar a educação a partir de uma perspectiva ecosocialista implica em reconhecer o ato de ensinar como ato político. A escola não é neutra e a educação ambiental tampouco. Paulo Freire já apontava que o processo educativo deve promover emancipação, criticidade e consciência histórica.³

A educação ecosocialista dialoga profundamente com a pedagogia freireana, buscando formar sujeitos capazes de compreender e transformar o mundo.

Não há, portanto, educação neutra. A educação ou é libertadora, permitindo que os educandos se tornem sujeitos de sua própria história, ou é domesticadora, mantendo-os na condição de objetos. (Freire, 1987, p. 34)

Ao pensar o meio ambiente é necessária uma conscientização real. Uma frase comumente divulgada como sendo de Chico Mendes, uma importante figura na luta ecológica, afirma que ‘ecologia sem luta de classes é jardinagem’, isso se deve a falta de transformações realmente profundas em um pensamento ecocapitalista. Dessa forma, a Educação Ambiental Crítica propõe uma relação entre a natureza, sociedade, poder, território e desigualdades estruturais. A educação Ecosocialista, caminha um pouco mais a frente, ao articular a crítica ecológica com a crítica econômica e política.

A conscientização é um compromisso histórico. É também um compromisso político. Não pode existir verdadeira conscientização fora da práxis libertadora. (Freire, 1979, p. 27)

Fonte: Google Imagens

A BNCC reconhece que é preciso transformar modelos de produção e consumo, sendo a mesma compreensão do ecosocialismo ao denunciar o produtivismo capitalista como causa da crise ecológica.

Trabalhar o ecosocialismo nas escolas não é uma doutrinação; é o aprofundamento crítico da Educação Ambiental, conforme a BNCC exige. A divulgação de um conteúdo claro, estruturado e bem fundamentado, além de ajudar no combate às Fake News, é extremamente importante para um novo olhar acerca dos conhecimentos apresentados, visando a quebra de paradigmas estereotipados.

Levar às escolas a educação ecosocialista transforma o ambiente escolar em um espaço vivo de reflexão e emancipação, oferecendo ferramentas para que os estudantes compreendam a crise ambiental como fenômeno social, histórico e político, não apenas como problema natural ou moral.

A educação não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas de construção de mundos possíveis. Ao incorporar o ecosocialismo ao cotidiano escolar, contribui-se para formar uma geração que se reconhece como protagonista da luta por uma sociedade ecologicamente equilibrada, socialmente justa e profundamente democrática.

No próximo capítulo, vamos olhar com mais cuidado para a BNCC e seus limites, e para a Pedagogia Histórico-Crítica como fundamento para ocupar as brechas que ela deixa.



Expandindo o tema:

O vídeo mostra que a Educação Ambiental deve ser crítica e política, questionando o modelo capitalista e suas consequências socioambientais, uma visão alinhada ao ecossocialismo.



Entrevista com Sueli Furlan sobre Educação Ambiental nas escolas

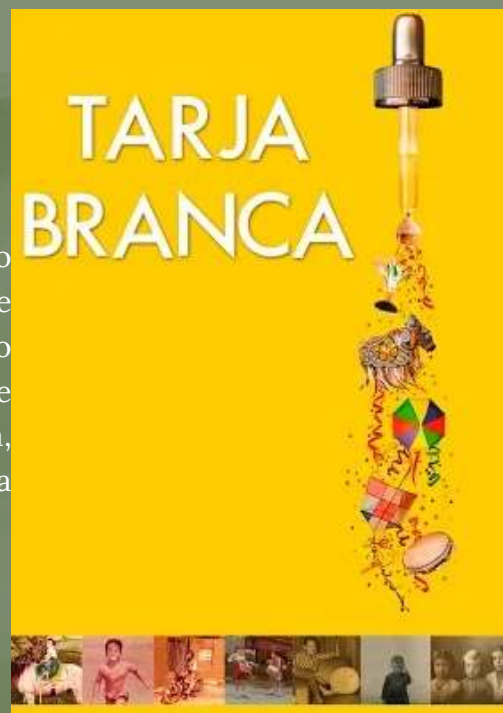
Entrevista com a professora Sueli Furlan sobre o tratamento do meio ambiente como um tema transversal nas escolas

 Gestão Escolar

A pesquisadora Sueli Furlan defende que a Educação Ambiental precisa ir além de ações pontuais e deve incluir reflexão crítica sobre sociedade, território e desigualdades. Ela afirma que a escola deve formar estudantes capazes de compreender as causas estruturais da crise ambiental — visão alinhada ao ecossocialismo.

Tarja Branca: A Revolução que Faltava (2014)

O documentário destaca como imaginação, ludicidade e criticidade são fundamentais para uma formação humana emancipadora, mostrando que a educação deve ir além da técnica, ideia que se conecta à proposta ecossocialista.



Fonte: Google Imagens

Notas para Aprofundamento

^{1.} A educação crítica, inspirada em Paulo Freire, é essencial para uma prática ecossocialista porque rompe com a ideia de neutralidade escolar e entende a sala de aula como espaço de leitura e transformação do mundo. A abordagem freireana reforça que a crise ecológica não pode ser ensinada apenas como fenômeno natural, mas como resultado de relações sociais, econômicas e políticas que precisam ser problematizadas coletivamente. Assim, a Educação Ambiental deixa de ser moralizante e passa a ser emancipadora, integrando consciência histórica, diálogo e práxis.

Dica de leitura:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Educação e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2011.

^{2.} A BNCC, ao enfatizar formação integral, criticidade e responsabilidade socioambiental, cria um espaço legítimo para a inserção de práticas pedagógicas ecossocialistas. Entretanto, para que essa oportunidade se concretize, é necessário superar interpretações superficiais da Educação Ambiental e avançar para reflexões que abordem modelos de produção, consumo e desigualdade ambiental. Essa interlocução entre currículo e ecossocialismo possibilita ao professor desenvolver uma prática que, além de interdisciplinar, seja comprometida com justiça social e com a construção de novos modos de vida.

Dica de leitura:

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papyrus, 2000.

^{3.} A crítica à Educação Ambiental tradicional, centrada em atitudes individuais, tem sido amplamente discutida por pesquisadores brasileiros da Educação Ambiental Crítica. Eles demonstram que práticas como reciclagem ou plantio de mudas, quando desvinculadas de debates sobre desigualdade, território e capitalismo, reproduzem uma visão reducionista e insuficiente. Uma educação ecossocialista amplia essa perspectiva ao articular dimensões ecológicas, econômicas e sociais, permitindo que professores e estudantes compreendam a crise ambiental como expressão de conflitos estruturais.

Dica de leitura:

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira de. *Educação Ambiental Crítica: do ecologismo ao ecossocialismo*. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2012.



CAPÍTULO VII

CURRÍCULO EM DISPUTA: A BNCC E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Capítulo VII

Currículo em disputa: a BNCC e a Pedagogia Histórico-Crítica

No capítulo anterior, vimos que a Base Nacional Comum Curricular abre brechas para o debate socioambiental na escola. Isso é verdade e vale a pena aproveitar. Mas parar nesse ponto seria contar só metade da história. Um documento que fala em formação integral, cidadania e sustentabilidade pode, ao mesmo tempo, organizar todo o currículo em torno de competências voltadas ao mercado de trabalho. É preciso olhar para essa contradição de frente, porque é nela que o professor trabalha todos os dias.

Este capítulo faz duas coisas. Primeiro, examina os limites da BNCC e do Referencial Curricular do Paraná (RCPR) a partir da crítica produzida pelo campo educacional brasileiro. Depois, apresenta a Pedagogia Histórico-Crítica, de Dermeval Saviani, como um chão teórico capaz de sustentar uma Educação Ambiental que não se contente com a mudança de hábitos individuais.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (Saviani, 2011, p. 13)

A BNCC (Brasil, 2017) não estabelece a Educação Ambiental como componente curricular. Ela aparece como tema contemporâneo transversal, ligado à formação cidadã, à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental. O documento afirma que a Educação Básica deve promover o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões e reconhece crianças, jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem. Lido assim, o texto parece amplo e generoso. O problema começa quando se observa como o documento organiza o ensino. Toda a estrutura da BNCC é montada sobre competências e habilidades, um modelo que pesquisadores de currículo identificam como fortemente influenciado pela racionalidade neoliberal e pelas demandas do mercado de trabalho. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) publicou, em 2018, uma análise crítica do documento em que argumenta que a centralidade atribuída às competências tende a reduzir a formação humana às exigências da empregabilidade, enfraquecendo qualquer projeto de formação crítica e de desenvolvimento omnilateral dos estudantes.¹

Em outras palavras, o vocabulário é o da formação integral, mas a engrenagem é a da adaptação. E engrenagens moldam mais a prática do que vocabulários.



Para a Educação Ambiental, essa organização tem consequências concretas. Um currículo pensado por competências favorece abordagens centradas na responsabilização individual: separar o lixo, economizar água, plantar uma muda, “fazer a sua parte”. São ações que cabem numa habilidade mensurável, que rendem uma boa foto para o mural da escola e que não incomodam ninguém. Já as perguntas que realmente explicam a crise ecológica, como quem produz, quem lucra, quem paga a conta, quem mora perto do lixão e quem mora longe dele, não cabem numa habilidade. Elas exigem tempo, conflito e teoria.

Por isso, o efeito prático da estrutura por competências é deslocar para um segundo plano justamente aquilo que o ecossocialismo coloca no centro: as desigualdades sociais, o trabalho, a exploração da natureza e as contradições do capitalismo. Não se trata de má-fé de quem escreveu o documento. Trata-se de uma forma de organizar o conhecimento escolar que, por sua própria lógica, tende a produzir uma Educação Ambiental comportamental, moralizante e despolitizada.

No Paraná, o Referencial Curricular do Paraná (RCPR) incorporou essas orientações e manteve a mesma estrutura por competências e habilidades. Na prática, é com esse documento, e com as avaliações padronizadas que dele derivam, que o professor paranaense lida ao planejar suas aulas.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (Brasil, 2017, p. 9)

Diante desse quadro, seria fácil concluir que não há o que fazer: o documento manda, a escola cumpre. Mas essa conclusão é falsa, e é importante dizer por quê. Documentos curriculares são referenciais importantes para a organização do trabalho escolar, mas eles não determinam, sozinhos, o que acontece em sala de aula. O currículo é um espaço de disputa política e pedagógica, no qual diferentes concepções de educação, de sociedade e de ser humano entram em confronto (Dias; Lopes, 2009).

Isso significa que a efetivação de uma Educação Ambiental Crítica não depende apenas do que está escrito na BNCC ou no RCPR. Depende do professor, das condições concretas do seu trabalho e dos referenciais teóricos que orientam a sua prática. A mesma habilidade que pede para “avaliar impactos socioambientais” pode ser trabalhada como campanha de reciclagem ou como investigação sobre por que a enchente atinge sempre o mesmo bairro. A diferença não está no documento. Está em quem ensina e com que teoria ensina.

É aqui que a pergunta muda de lugar. A questão não é mais “a BNCC permite?”, e sim “com que fundamento eu ocupo o espaço que a BNCC deixa em aberto?”. Para responder, este material recorre à Pedagogia Histórico-Crítica.

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos [...] para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (Freire, 2002, p. 15)

A Pedagogia Histórico-Crítica foi formulada por Dermeval Saviani a partir do final da década de 1970, no contexto da redemocratização brasileira, como resposta tanto às pedagogias tradicionais quanto às pedagogias que reduziam a escola a um aparelho de reprodução social. Sua tese central é simples de enunciar e exigente de praticar: a função social da escola é garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, em sua forma mais elaborada. Sem esse acesso, não há consciência crítica possível, porque ninguém critica aquilo que não conhece.²

Para Saviani (2011), o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo, a humanidade que foi construída coletivamente ao longo da história. Isso coloca o conhecimento científico, filosófico e artístico no centro da escola, não como conteúdo a ser decorado para uma prova, mas como instrumento para compreender a realidade e intervir nela. Trata-se de uma pedagogia que se recusa a escolher entre “conteúdo” e “críticidade”, porque entende que um não existe sem o outro.

Da mesma tradição vem a categoria do trabalho como princípio educativo. Aqui, trabalho não significa emprego nem preparação para o mercado. Significa a atividade pela qual os seres humanos transformam a natureza e, ao fazê-lo, produzem a si mesmos, a cultura e as formas de organização social. Educar a partir desse princípio é permitir que os estudantes compreendam como a vida é produzida, por quem, em que condições e a que custo.

Quando se aproxima a Pedagogia Histórico-Crítica do ecossocialismo, o encontro é quase natural. Ambos partem da tradição marxista. Ambos compreendem que a produção da vida humana acontece por meio de um metabolismo entre sociedade e natureza, mediado pelo trabalho. E ambos recusam explicações que reduzam problemas estruturais a comportamentos individuais.

Não há, portanto, educação neutra. A educação ou é libertadora, permitindo que os educandos se tornem sujeitos de sua própria história, ou é domesticadora, mantendo-os na condição de objetos. (Freire, 1987, p. 34)

Na prática pedagógica, essa aproximação produz pelo menos três deslocamentos. O primeiro é do hábito para a totalidade: a crise ambiental deixa de ser um problema de atitude e passa a ser compreendida como expressão das contradições entre capital, trabalho e natureza. O segundo é da sensibilização para o conhecimento: em vez de apenas “conscientizar”, a escola precisa ensinar as ciências, a história e a geografia que permitem entender de onde vem a crise. O terceiro é do transversal para o constitutivo: a Educação Ambiental deixa de ser um tema que atravessa o currículo de vez em quando e passa a ser uma dimensão da própria formação humana, onde cabem trabalho, tecnologia, produção, consumo, território e justiça ambiental.³

A Pedagogia Histórico-Crítica também dialoga com a pedagogia de Paulo Freire, tão presente neste material. Freire insiste na problematização da realidade e no diálogo; Saviani insiste na apropriação do conhecimento sistematizado. Longe de se excluírem, essas ênfases se corrigem mutuamente: sem a problematização freireana, o conhecimento vira depósito; sem a apropriação defendida por Saviani, a problematização vira conversa sem chão.

Fonte: Google Imagens

Nada do que foi dito acima acontece sozinho. A intensificação do trabalho docente, a fragmentação do currículo, o peso das avaliações padronizadas e a burocratização crescente da escola comprimem o tempo de planejamento e de formação continuada. Frigotto (2015) mostra como a lógica das competências e a teoria do capital humano chegam à escola mascarando uma regressão social e educacional. O professor que tenta praticar uma Educação Ambiental Crítica faz isso, quase sempre, contra a maré.

Reconhecer isso não é pessimismo. É o ponto de partida honesto para qualquer material que pretenda ser útil. Este e-book não pede que o professor abandone a BNCC ou o RCPR, o que seria irreal. Pede algo mais difícil e mais interessante: que ele ocupe as brechas do documento com uma teoria robusta, que use as habilidades previstas como pretexto para ensinar o que realmente explica o mundo, e que trate o currículo como o que ele é, um território em disputa.

O material de apoio do próximo capítulo foi pensado exatamente para isso. Os prompts e as sugestões que ele reúne partem das habilidades já previstas nos documentos oficiais, mas as orientam pelos fundamentos do ecossocialismo, da Educação Ambiental Crítica e da Pedagogia Histórico-Crítica. O currículo é dado. O que se faz com ele, não.



Expandindo o tema:

Palestras e entrevistas de Dermeval Saviani sobre a Pedagogia Histórico-Crítica estão disponíveis em vídeo. Vale ouvir o próprio autor explicar por que a escola precisa garantir o conhecimento sistematizado às classes trabalhadoras.



A nota “A proposta de BNCC do ensino médio: alguns pontos para o debate” (ANPED, 2018) é uma leitura curta e direta, boa porta de entrada para a crítica ao documento com que o professor trabalha todos os dias. Mostra por que a organização por competências tende a reduzir a formação humana às exigências da empregabilidade.



Escola e Democracia (Saviani, 1983)

O livro apresenta a “teoria da curvatura da vara” e ajuda a entender por que a Pedagogia Histórico-Crítica insiste no conhecimento sistematizado como instrumento de emancipação das classes trabalhadoras, sem cair no ensino tradicional.

Fonte: YouTube

Notas para Aprofundamento

¹. A crítica da ANPEd à BNCC não é um detalhe técnico. Ela aponta que a organização por competências e habilidades transfere para dentro da escola uma lógica de mensuração e de desempenho típica do mundo empresarial. Nesse modelo, o que não pode ser medido tende a desaparecer do currículo, e é justamente aí que ficam as perguntas estruturais sobre a crise ambiental. Compreender essa crítica ajuda o professor a ler o documento com que trabalha sem ingenuidade, reconhecendo suas brechas e seus limites.

Dica de leitura:

ANPEd. A proposta de BNCC do ensino médio: alguns pontos para o debate. Rio de Janeiro: ANPEd, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. Trabalho Necessário, Niterói, ano 13, n. 20, 2015.

². A Pedagogia Histórico-Crítica costuma ser mal compreendida como uma volta ao ensino tradicional, por causa de sua insistência no conhecimento sistematizado. A diferença é de finalidade: no ensino tradicional, o conteúdo é um fim em si; na PHC, ele é o instrumento pelo qual os estudantes das classes trabalhadoras podem se apropriar daquilo que a humanidade produziu e, a partir disso, compreender e transformar sua própria condição. Saviani organiza o trabalho pedagógico em cinco momentos (prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final), que João Luiz Gasparin transformou em uma proposta didática aplicável em sala de aula.

Dica de leitura:

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

³. A ideia de que a Educação Ambiental deve ser uma dimensão da formação humana, e não um tema transversal ocasional, se apoia na categoria marxista de formação omnilateral: o desenvolvimento do ser humano em suas dimensões intelectual, cultural, técnica, política e social, superando a separação entre trabalho manual e intelectual. Ciavatta (2005) mostra como a formação politécnica responde à fragmentação do conhecimento produzida pelo capitalismo e permite compreender os processos produtivos em sua totalidade, o que inclui seus impactos sobre a natureza.

Dica de leitura:

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, Niterói, ano 3, n. 3, 2005.

DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro. Nas políticas de currículo para a formação de professores. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p. 79-99, 2009.



CAPÍTULO VIII

MATERIAL DE APOIO

Capítulo VIII

Material de Apoio

Conforme discutido nos capítulos anteriores, a escola ocupa um papel central na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e atuar na sua transformação. A crise climática contemporânea não pode ser entendida apenas como um problema ambiental isolado, mas como expressão das desigualdades sociais, econômicas, raciais e territoriais produzidas historicamente pelo capitalismo. Nesse sentido, inserir o ecossocialismo na educação não significa acrescentar um novo conteúdo ao currículo escolar, mas aprofundar a leitura crítica da realidade já prevista nas próprias diretrizes educacionais.

Entretanto, a materialização de práticas pedagógicas críticas encontra limites concretos nas condições reais de trabalho docente. O professor da Educação Básica frequentemente enfrenta jornadas extensas, marcadas pelo acúmulo de planejamento, correções, preenchimento de relatórios, demandas burocráticas e múltiplas responsabilidades institucionais. Nesse contexto, elaborar atividades contextualizadas, interdisciplinares e atualizadas torna-se um desafio permanente.

Além disso, produzir materiais pedagogicamente consistentes exige acompanhamento constante de debates contemporâneos, análise crítica de dados, leitura de diferentes fontes e domínio de discussões envolvendo sociedade, ciência, tecnologia, meio ambiente e desigualdade social. Soma-se a isso a necessidade de adequação às competências e habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares.

Layrargues e Lima (2014), ao analisarem as macrotendências da Educação Ambiental brasileira, identificam três perspectivas predominantes: conservacionista, pragmática e crítica. Segundo os autores, as duas primeiras tendem a individualizar responsabilidades e despolitizar a crise ambiental, reduzindo-a a mudanças comportamentais isoladas.

[...] o predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa, não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-os à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social. (Layrargues e Lima, 2014, p.29)

Essa crítica dialoga diretamente com os limites presentes em parte das políticas curriculares contemporâneas, que frequentemente abordam sustentabilidade e cidadania de maneira despolitizada, sem questionar as estruturas econômicas e sociais responsáveis pela degradação ambiental. Como discutido no Capítulo VII, adequar-se às habilidades previstas não significa aderir acriticamente ao documento, mas usá-las como ponto de partida para uma leitura estrutural da crise socioambiental.

Dessa forma, a incorporação do ecossocialismo no contexto escolar deve ser compreendida como um desdobramento da macrotendência crítica da Educação Ambiental, ao articular a crítica ao capitalismo, à mercantilização da vida e à exploração da natureza como dimensões inseparáveis.

Nesse horizonte, este material não propõe substituir a atuação docente por ferramentas tecnológicas, mas oferecer instrumentos concretos de apoio pedagógico capazes de contribuir para a autonomia profissional do professor e para a ampliação das possibilidades didáticas no cotidiano escolar.

As tecnologias digitais, especialmente a Inteligência Artificial (IA), constituem hoje um fenômeno profundamente contraditório. Por um lado, estão inseridas nas lógicas do capitalismo de plataforma, associadas ao consumo energético intensivo, à exploração de dados, à concentração tecnológica e aos impactos ambientais produzidos pelos grandes centros computacionais. Por outro, ignorar sua presença na sociedade contemporânea significaria afastar a escola de debates centrais do século XXI.

Assim, a proposta deste material parte da compreensão de que a crítica às tecnologias não deve resultar em negação absoluta de sua existência, mas em sua apropriação crítica, ética e pedagogicamente orientada. Em outras palavras, trata-se de disputar o uso social da tecnologia.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial pode atuar como ferramenta auxiliar de apoio pedagógico, contribuindo para:

- redução parcial da sobrecarga docente;
- ampliação das possibilidades de planejamento;
- democratização do acesso à produção de materiais;
- adaptação de atividades para diferentes realidades;
- criação de propostas interdisciplinares;
- elaboração de simulados, questões e sequências didáticas;
- fortalecimento da autonomia profissional do professor.

Assim como o ecossocialismo propõe a reorganização coletiva das relações entre sociedade, trabalho e natureza, este material busca oferecer ferramentas que fortaleçam práticas pedagógicas críticas e emancipatórias. A biblioteca de prompts não é uma resposta à precarização do trabalho docente, que exige mudança estrutural (ver Capítulo VII), mas uma ferramenta para o hoje, enquanto essa mudança não vem.

Dessa forma, para além da fundamentação teórica reunida neste e-book, foi desenvolvida a Biblioteca Ecosocialista de Prompts para Professores da Educação Básica, disponibilizada digitalmente por meio de link e QR Code:

[Biblioteca Ecosocialista de Prompts para Professores da Educação Básica](#)

A biblioteca reúne prompts pedagógicos fundamentados na Educação Ambiental Crítica, na pedagogia freireana e no ecossocialismo, organizados por etapas e modalidades da Educação Básica. O material permite que professores personalizem propostas pedagógicas, simulados, questões inspiradas no ENEM e vestibulares, redações, atividades interdisciplinares e sequências didáticas de acordo com a realidade de suas turmas. Ao usar a biblioteca, recomenda-se que os docentes tomem como referência:

- documentos oficiais do MEC e da BNCC;
- matrizes de referência do ENEM;
- materiais didáticos confiáveis;
- textos acadêmicos;
- este próprio e-book;
- obras e autores relacionados ao ecossocialismo e à Educação Ambiental Crítica discutidos ao longo deste trabalho.

Desse modo, busca-se não apenas incorporar tecnologias digitais ao cotidiano escolar, mas disputar criticamente seus usos, colocando-as a serviço de uma educação comprometida com justiça social, emancipação humana e transformação socioambiental.

Biblioteca Ecosocialista de Prompts para Professores da Educação Básica



Como parte deste material, desenvolvemos uma biblioteca digital especialmente pensada para apoiar o trabalho docente com criatividade, criticidade e intencionalidade pedagógica.



O QUE VOCÊ ENCONTRA NA BIBLIOTECA?



Prompts pedagógicos fundamentados na Educação Ambiental Crítica, na pedagogia freireana e no ecosocialismo.



Atividades, simulados, questões e propostas interdisciplinares para todas as etapas da Educação Básica.



Questões inspiradas no ENEM e nos principais vestibulares do país.



Redações, sequências didáticas, projetos e sugestões contextualizadas à realidade escolar.



Materiais inclusivos, críticos e transformadores.



POR QUE DISPONIBILIZAMOS ESTA BIBLIOTECA?

Reconhecemos os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar. Esta biblioteca foi criada para otimizar tempo, ampliar possibilidades pedagógicas e fortalecer práticas críticas e emancipatórias.

“

A tecnologia, quando usada criticamente, pode ser uma aliada na construção de uma educação comprometida com a vida, a justiça social e o futuro do planeta.



ACESSE A BIBLIOTECA DIGITAL COMPLETA

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e explore todos os materiais desenvolvidos especialmente para você, professor(a)!



Ou acesse pelo link:

<https://steel-calf-f22.notion.site/Biblioteca-Ecosocialista-de-Prompts-para-Professores-da-Educa-o-B-sica>



EDUCAR PARA TRANSFORMAR.
AGIR PARA REGENERAR.



POSFÁCIO

POSFÁCIO

Este livro foi sendo tecido entre horas roubadas do cansaço, entre demandas do trabalho, pequenos silêncios em que a gente aprende a respirar de novo e se conhecer. Foi escrito enquanto eu atravessava dias longos demais e esperanças curtas demais, sobre um futuro realmente digno para todos. Ainda assim, foi escrito, porque escrever é uma forma de não perder a esperança e se conectar com nossa individualidade e expandi-la para o mundo.

Em algum momento, percebi que falar sobre ecossocialismo não era apenas escrever sobre a crise do planeta, mas escrever sobre nós. Sobre o direito de existir sem pedir desculpas, sobre a recusa em aceitar que o futuro seja decidido por quem não conhece a realidade da classe trabalhadora e sobre a coragem de dizer que a vida vale mais do que o lucro, e que isso não é radical: é humano.

Este e-book é mais que um produto educacional: é, também, um gesto político e um gesto de amor. Espero que a leitura instigue novas perguntas e formas de imaginar um novo mundo.

Eu acredito, profundamente, que a educação é a maior arma contra toda opressão e alienação provocada pelo sistema capitalista. Mas ela não deve ser uma educação burocrática, cansada, sufocada por papéis e por índices irreais. Mas uma educação que nasce do encontro, do olhar que reconhece, da palavra que inquieta e transforma.

Quando escrevo “ecossocialismo”, escrevo também sobre as professoras e professores exaustos carregando mundos nas costas; as meninas negras atravessando enchentes para chegar à escola; os povos indígenas que ensinam, sem fazer alarde, o que significa cuidar; as mãos das mulheres que sustentam casas, vidas e esperanças; os trabalhadores que produzem tudo e são os últimos a serem lembrados.

Escrevo por eles.

E escrevo por mim.

E escrevo por nós.

Somos feitos de uma matéria que o capitalismo não consegue destruir. Mesmo quando ninguém acredita, somos movidos por nossa capacidade de imaginar, sonhar e de lutar.

Se este livro chegar a uma escola, a um professor cansado, a um aluno curioso, a alguém que ainda não tinha palavras para nomear o que sente, então ele cumpriu seu papel.

Espero que este texto te ajude a abrir janelas onde antes havia paredes, que sirva de companhia para quem ensina, e de provocação para quem aprende. Que plante mais perguntas do que respostas e que lembre que educar sempre foi, e sempre será, um ato de coragem.

Por fim, escolhi ressaltar na capa desse livro o chamado de Rosa Luxemburgo “Liberdade ou Barbárie”, porque ele traduz com precisão o encruzilhamento histórico em que nos encontramos. A crise climática não permite neutralidade: ou escolhemos a liberdade que nasce da justiça, do cuidado e da solidariedade, ou assistiremos à barbárie avançar na forma de destruição ambiental, desigualdade e vidas descartadas.

O ecossocialismo, aqui, não é um conceito abstrato, mas a aposta radical e necessária de que ainda podemos escolher a liberdade.

Laís Machado

Referências

- ANJOS, M.; PARMÉRA, T. Ecocapitalismo e preservação do belo? Um estudo de caso sobre a Fundação Grupo Boticário de proteção à natureza. In: Teia dos saberes nas questões ambientais: da educação científica e filosófica à educação ambiental. São Paulo, 2020. p. 159-179. (Coleção Debates Contemporâneos em Educação, v. 1).
- ARAÚJO, N.; SILVA, M. Economia verde: uma ofensiva ideológica do ecocapitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 12, n. 24, p. 127-143, jul./dez. 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645661/artigo-225-da-constituicao-federal-de-1988/definicoes>. Acesso em: 8 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica. Brasília: MEC, 2017.
- BRAVO, M.; STEGLICH, R. O ecossocialismo como horizonte político da Educação Ambiental. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 4, 2018.
- FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 3. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Referências

- FERNANDES, S. Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.
- FERNANDES, S. O que é identitarismo? YouTube: Tese Onze, 2020. 1 vídeo (aprox. 18 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-da-esperanca.pdf/@download/file/Paulo%20Freire,%201992.%20PEDAGOGIA%20DA%20ESPERANÇA.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-44220003500>
- LÖWY, M. Marx, esse desconhecido. São Paulo: Boitempo, 2023.

Referências

- LÖWY, M. O que é ecossocialismo? São Paulo: Cortez, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MEADOWS, D. et al. The Limits of Growth. Nova York: Universe Books, 1972.
- NANNINI, W. T. Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil. *Ambientes*, Francisco Beltrão, v. 5, n. 1, p. 56-100, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/issue/view/1428/241>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- R7. Críticas à COP30 expõem risco de fracasso e desafiam imagem do Brasil. R7 – Brasília, 9 nov. 2025. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/criticas-a-cop30-expoem-risco-de-fracasso-e-desafiam-imagem-do-brasil-09112025/>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- TRAJBER, R.; MENDONÇA, F. Educação ambiental e sustentabilidade: responsabilidade e multiplicidade. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007.
- SAITO, K. O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- SHIVA, Vandana. Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. São Paulo: Boitempo, 2024.

Referências

- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A proposta de BNCC do ensino médio: alguns pontos para o debate. Rio de Janeiro: ANPED, 2018. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/news/nota-anped-proposta-de-bncc-do-ensino-medio-alguns-pontos-para-o-debate>. Acesso em: 8 set. 2026.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Sentidos da prática nas políticas de currículo para a formação de professores. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p. 79-99, 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (org.). Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.